

**UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA SOB AS BRUMAS DES
VIRUNGA. MORTE E PODER NO RUANDA**

Fernando Florêncio

Departamento de Ciências da Vida
Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra

fjpflorencio@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta uma leitura pessoal para o entendimento da história do relacionamento entre os dois principais grupos étnicos do Ruanda, os Bahutu e os Batutsi, que desde a independência do país, em 1961, se digladiam ciclicamente pelo controle hegemónico do Estado e pela conquista de um espaço de dominação de um sobre o outro. Pretende-se ainda demonstrar que a luta política no Ruanda despoletou a guerra civil no Zaire e o nascimento da República Democrática do Congo.

Palavras-chave: Ruanda, genocídio, Bahutu, Batutsi, Banyamulenge

Abstract

This article presents a personal view to understand the historical relationship of the two main ethnic groups in Rwanda, the Bahutu and the Batutsi. Since the independence of Rwanda, in 1961, these two ethnic groups are involved in a constant cycle of violence for the hegemonic control of the State and the domination of one against the other. We aim to show also that the political fight in Rwanda broke up the civil war in Zaire and the outcoming of the Democratic Republic of Congo.

Keywords: Rwanda, genocide, Bahutu, Batutsi, Banyamulenge

Intróito

A história do Ruanda tem sido uma autêntica fonte de manipulações, quer do ponto de vista ideológico, quer político. Usada como artifício legitimador de diversos propósitos políticos de dominação e de exclusão social, com base numa possível origem histórica, morfológica e regional diferente entre Batutsi e Bahutu, ela tem sido manipulada desde meados da década de 1950, ora para legitimar o domínio que os primeiros exerceram sobre os segundos, desde provavelmente o século XII, ora para justificar a inversão dessa ordem anterior e legitimar o domínio dos segundos sobre os primeiros, desde a independência em 1962. A história, ou dito de outra forma, os seus usos, encontram-se assim bem no cerne dos ciclos de violência entre estes dois grupos sociais, ciclos esses que remontam à criação do reino Nyiginya e que, para efeitos deste artigo, culminaram no inenarrável genocídio de 1994.

A versão que aqui se apresenta, não sendo consensual, sobretudo no que concerne ao período da pré-história e da ocupação inicial da região por povos de origem banto e de origem hima, é pelo menos a mais difundida entre académicos, ruandeses e estudiosos do Ruanda, e também a que é mais partilhada pela própria população ruandesa, por ser a versão oficial, ensinada nas escolas e nas missões desde o início do século XX até à actualidade. O propósito para apresentá-la, não é o de usá-la como modelo explicativo da actualidade, e de uma suposta diferença étnica ou racial entre os diferentes grupos populacionais, mas sim o de apresentar a versão que, por ser a mais difundida, é aquela que tem servido como pano de fundo para os diferentes entendimentos e significados que são atribuídos à sua história pelos actuais actores políticos e académicos ruandeses e que, por isso mesmo, tem servido desde a década de 1950 para pautar e legitimar uma relação problemática, violenta e de profunda exclusão.

O presente artigo pretende assim apresentar as bases e as principais leituras de um relacionamento entre dois grupos populacionais do Ruanda, que na actualidade se entendem como diferentes, e que desde a independência se digladiam pela conquista de um espaço de dominação de um sobre o outro. Culminando com a referência ao genocídio de 1994, o artigo desenrola-se em três partes: a primeira sobre a história do Ruanda até à independência; a segunda da independência até à institucionalização do multipartidarismo em 1990; e a terceira sobre o período que antecede o genocídio.

O presente artigo parte de uma premissa hipotética principal, que pretende demonstrar no seu percurso, segundo a qual, quer os discursos e versões da origem histórica, quer os discursos e as práticas actuais pós-dominação colonial bel-

ga, com base na etnicidade e na diferenciação racial, que culminaram com o processo de *solução final* de 1994, têm servido ao longo da história do relacionamento entre grupos populacionais ruandeses para legitimar os modos e processos de apropriação do aparelho central de dominação, o Estado pré-colonial e o Estado moderno.

Um reino perdido nas brumas

De acordo com Bernard Lugan, o território que hoje conhecemos como Ruanda começou provavelmente por ser ocupado a partir dos séculos IV-III A.C., por povos de origem banto vindos do norte (1997, p. 39), que estariam na origem dos actuais Bahutu, e que rapidamente dominaram os anteriores habitantes, os Renge¹ e os pigmeus Twa, que seriam os primeiros ocupantes do Ruanda. Os Bahutu espalharam a sua soberania por toda a região, mesmo a áreas que fazem hoje parte da República Democrática do Congo e do Uganda. Do ponto de vista político organizavam-se em linhagens, *inzu* (constituídas por vários grupos familiares, *urugo*, ligados a um antepassado comum), em que cada linhagem controlava um território, tendo como chefia política o elemento mais velho do grupo familiar mais antigo a ocupar esse território. Algumas dessas linhagens, pelo número de elementos e características mais aguerridas, deram origem a pequenas chefaturas, ou mesmo reinos, segundo Ferdinand Nahimana (Nahimana, 1993). A principal actividade económica dos grupos bahutu era a agricultura.

Os Batutsi, ou os seus ascendentes de origem hima, segundo vários autores teriam começado a chegar a esta região sensivelmente na mesma época que os Bahutu (Lugan, 1997, p. 45)². Com os seus grandes rebanhos de vacas, começaram por se integrar na organização sociopolítica hutu, recebendo dos chefes bahutu parcelas de terreno em regime de clientelismo. Posteriormente teriam fundado algumas chefaturas, ou até pequenos reinos.

Provavelmente entre os séculos XII e XIV, a linhagem tutsi dos Nyiginya começou a organizar-se politicamente e fundou um reino em torno do *mwami* (rei) Ruganzu I Bwimba³. Progressivamente este reino Nyiginya foi dominando os outros reinos batutsi e bahutu⁴. A história da expansão política e territorial do reino tutsi, desde o século XIV até finais do século XIX, caracteriza-se então por períodos

¹ Populações entretanto desaparecidas (Lugan, 1997, p. 45).

² Esta opinião não é consensual, e por exemplo Luc d'Heusch defende que só chegaram ao Ruanda a partir do século XIII (Heusch, 1982, p. 29).

³ O reino original foi fundado na região de Buganza, na actual prefeitura de Gikomero, sendo posteriormente trasladado para o planalto central, onde actualmente se situa a capital Kigali.

⁴ A história do Ruanda confunde-se e centra-se sobretudo na história deste reino.

de expansão violenta, com ocupação de chefaturas bahutu e batutsi; por ocupação pacífica, anexação de territórios através de acordos e alianças; e igualmente por períodos de contracção, com os soberanos Nyiginya a perderem espaço territorial face ao avanço de certos senhores bahutu. De acordo com Luc d'Heusch alguns senhores bahutu mantiveram-se mesmo independentes até 1925, caso do senhor hutu de Bazoso (Heusch, 1982, p. 30)⁵.

Politicamente, a organização deste reino tutsi divergia enormemente quer da organização das anteriores chefaturas batutsi, quer bahutu. A organização política do reino dos Nyiginya era extremamente centralizada na figura do *mwami*, que detinha poderes administrativos, jurídicos e militares, mas sobretudo poderes mágico-religiosos e uma natureza considerada sagrada. O rei era coadjuvado por diferentes tipos de conselhos, dos quais o mais importante era o conselho dos *biru*, nobres das linhagens ligadas por parentesco à linhagem real, e que detinham os segredos do reino e do código de sucessão. O reino estava dividido em províncias, chefiadas por um tutsi membro da família real, ou a ela ligado. O território e todos os rebanhos de vacas eram pertença exclusiva do *mwami*. Havia igualmente um exército regular, pois todos os jovens batutsi eram obrigados a prestar serviço militar entre os 16 e os 20 anos.

A partir da criação deste reino, a relação entre os Bahutu e os Batutsi viria a sofrer profundas clivagens e assimetrias, uma vez que os senhores batutsi, responsáveis pela guarda de enormes rebanhos de vacas⁶, instituíram uma forma de dominação dos camponeses bahutu, consagrada através da instituição da *ubuhake*. A *ubuhake* consistia num sistema de relações contratuais⁷ entre o senhor das vacas, o *shebuja*, em geral um tutsi, e um indivíduo que se oferecia para as tratar e guardar, o *umugaragu*, em geral um hutu, que em troca prestava serviços ao senhor das vacas e pagamentos em géneros. Este contrato era vitalício e acabava por se transformar numa relação de vassalagem (Lugan, 1997, p. 120)⁸.

No entanto, apesar de este contrato não ser apanágio apenas da relação Tutsi-Hutu, pois ele podia ser usado por Bahutu que detinham poder no reino, e em consequência detinham um rebanho, e também porque os Batutsi mais pobres entravam neste sistema de vassalagem, ele constituiu sempre a imagem de uma

⁵ Ferdinand Nahimana, um dos ideólogos do genocídio de 1994, preso pelo Tribunal Penal do Ruanda, no seu livro *Le Rwanda. Emergence d'un Etat*, chega mesmo a defender, em prol de uma visão hutu da história do Ruanda bastante ideológica e imaginária, que certos reinos bahutu do norte do país só se submeteram ao domínio tutsi no século xx, e com o auxílio da colonização belga.

⁶ Os rebanhos eram considerados propriedade do *mwami*, mas os senhores batutsi podiam usufruir da sua posse e da sua carne e leite.

⁷ É frequente a literatura referir-se a este contrato como uma relação feudal entre senhor e servo.

⁸ A mais recente historiografia sobre este assunto introduz algumas considerações importantes: a) a instituição da *ubuhake* não era tão generalizada como se pensava e envolvia sobretudo as linhagens aristocráticas batutsi; b) muitos Batutsi também estavam envolvidos nesta relação com outros senhores batutsi.

superioridade que, para os Batutsi, funda-se em 3 princípios: 1) na origem celestial dos Batutsi, cujos fundadores teriam “caído do Céu”; 2) económica, pois dominariam economicamente os Bahutu devido à sua riqueza em gado e à institucionalização da *ubuhake*; 3) política, pela dominância do reino tutsi. A diferenciação morfológica também é um carácter de distinção racial entre os dois grupos. Contudo, e ao contrário do que alguma literatura expressa (por exemplo Heusch, 1982, p. 29), não se pode afirmar que se tratasse de um regime de castas, uma vez que existiam casamentos mistos entre Bahutu e Batutsi de classes mais desfavorecidas, e alguns chefes bahutu mantinham seus lugares de chefia, quando o seu território era incorporado no reino tutsi. Em geral, somente entre a elite tutsi se praticava uma espécie de endogamia de classe, como forma de preservar a diferença e a *pureza* do ideal tutsi e da sua superioridade sobre os Bahutu.

Várias colonizações numa só história

O Ruanda foi primeiramente colonizado pelos alemães. Em 1894, Gustav von Gotzen foi o primeiro europeu a chegar ao Ruanda e a ser recebido pelo então *mwami* Kigeri IV Rwabugiri⁹. Em 1898 os alemães fundaram o primeiro posto em solo ruandês, já no reinado do *mwami* Yuhi V Musinga. Em 1899 a Alemanha criou o *Bezirk*¹⁰ do Ruanda-Urundi, anexando assim o Ruanda e o Burundi sob uma única província administrativa (Lugan, 1997, p. 250). A ocupação alemã foi praticamente incipiente, e muito breve, e por isso não exerceu nenhuma modificação significativa no sistema político, nem na relação de forças sociais e económicas entre os diversos grupos ruandeses.

No *terminus* da Primeira Guerra Mundial, e em face da derrota da Alemanha, o território do Ruanda-Urundi ficou sob a administração da Bélgica, que o ocupou após conquistá-lo militarmente à Alemanha ainda durante as hostilidades. A Bélgica ficou com um mandato para administrar o território, a partir de 1919, depois de negociações com a Grã-Bretanha. Esse mandato seria posteriormente reconfirmado pela Sociedade das Nações, em 1923. Foi a colonização belga, e a influência missionária da Igreja Católica, que alteraram profundamente o panorama político, económico e social da região.

A Bélgica implementou no Ruanda-Urundi um sistema administrativo centralizado num governador-geral, e em duas províncias, o Ruanda e o Urundi, cada uma com o seu vice-governador e uma administração colonial própria, quer

⁹ De salientar que o Ruanda esteve sempre fechado à presença estrangeira até esta época e que mesmo os árabes nunca conseguiram penetrar no território montanhoso do Ruanda.

¹⁰ Círculo administrativo da ocupação colonial alemã.

civil quer militar. No caso do Ruanda, com a reforma administrativa de 1929, o território ficou dividido em 45 *chefferies* (correspondente à actual divisão em comunas), chefiadas por Batutsi, e 565 *sous-chefferies* (correspondentes à actual divisão em colinas) também chefiadas maioritariamente por Batutsi (Lugan, 1997, p. 330). Esta espécie de *tutsificação* da administração colonial local teve como condão alargar a superioridade tutsi a todo o território, e tornar os Batutsi, a *etnia* tutsi em geral, favorecidos perante a administração colonial, sobretudo no sistema educativo.

Este processo de *tutsificação* foi amplamente incentivado e mesmo idealizado pela Igreja Católica, que detinha uma enorme presença no Ruanda e uma fortíssima influência junto da administração colonial belga. Os primeiros missionários católicos a estabelecerem-se no Ruanda foram os missionários franceses, *Pères Blancs*, que em 1900 chegaram à corte e fundaram a missão de Save. Rapidamente os missionários desenvolveram uma rede de missões em todo o território, à excepção da região central onde se situava o coração do reino e a sua capital, região essa interdita aos missionários. Bastante influenciados pelas teorias evolucionistas da época, estes missionários desenvolveram toda uma teoria da superioridade racial tutsi que privilegiou profundamente este grupo, sobretudo no sistema administrativo, pois a Igreja teve forte influência na *tutsificação* da administração local, e no sistema educativo, que durante quase toda a colonização foi um monopólio das missões católicas.

A Igreja teve igualmente uma enorme influência no controle da elite tutsi ao conseguir influenciar a deposição do *mwami* Yuhi V Musunga, em 1931, e a entronização de Mutara III Rudahigwa¹¹. A entronização do *mwami* Mutara III marca um período de aliança triangular entre a monarquia tutsi, a Igreja Católica e a administração colonial. Mas esta espécie de *santa aliança* terminaria na década de 1950, sobretudo devido à enorme mudança política e ideológica operada nessa época na liderança da Igreja Católica ruandesa.

Em 1946, a ONU (Organização das Nações Unidas) atribuiu à Bélgica a tutela dos territórios do Ruanda-Urundi¹². Contrariamente à figura jurídica do mandato, com a tutela a ONU passaria a deter maiores poderes indirectos sobre a administração destes territórios, nomeadamente porque a administração belga passaria a “prestar contas anuais” da sua administração. Ademais, a Bélgica obri-

¹¹ O *mwami* Mulinga nunca aceitou ser baptizado e assim manteve sempre a tradição e as prerrogativas mágico-religiosas da realeza sagrada ruandesa. Nesse sentido constituía um enorme entrave à evangelização da população, sobretudo tutsi, e ao poder da Igreja. A Igreja em consonância com a administração colonial acabaria por destituí-lo e nomear um novo *mwami* que era baptizado e fiel à Igreja.

¹² A nova situação de tutela que a Bélgica passou a usufruir contém algumas nuances significativas face à anterior figura do mandato, uma vez que a tutela é um poder concedido pela ONU a uma potência para administrar um território ainda não independente, mas cujo propósito é o de garantir a sua independência.

gava-se a conduzir o Ruanda-Urundi à independência. Nesse sentido, a administração belga implementou em 1952 um novo sistema administrativo que criava um conjunto de conselhos consultivos locais e nacionais, e alargava os poderes do *mwami*, que não somente passaria a designar directamente os chefes de *chefferie* e *sous-chefferie*, bem assim como os membros dos respectivos conselhos, factor este que acentuaria ainda mais a dominação tutsi no sistema administrativo colonial (Lugan, 1997, pp. 351-353).

No Ruanda este processo administrativo provocou em 1953 uma forte reacção do pequeno sector intelectual hutu, que denunciou fortemente a *tutsificação* do regime e a exclusão dos mais desfavorecidos, os Bahutu, do processo de decisão político-administrativa com vista à independência do Ruanda. Este sector intelectual, de certo reduzido em número, contava já com o apoio de certos sectores quer da Igreja Católica belga, quer da *sociedade civil colonial* belga, nomeadamente de sectores mais de esquerda, quer da Igreja, quer civis. Ora estes ventos de mudança político-ideológica no que concerne à descolonização e independência das colónias africanas começaram a *soprar* em sectores da esquerda e sectores progressistas da Igreja Católica ainda antes da Segunda Guerra Mundial, mas foi a partir desta altura que se intensificaram e obtiveram um enquadramento internacional, com a criação da ONU e da sua Carta. No Ruanda este movimento ideológico pró-independente encontrou facilmente eco quer em certos sectores da elite tutsi, desejosa de fundar uma monarquia tutsi independente, quer entre os intelectuais bahutu. Estes, apoiados por sectores progressistas da Igreja Católica belga, aspiravam a um Estado independente, liderado pela maioria hutu. Por outro lado, em 1955 as mudanças ocorridas quer no cargo de vice-governador, quer na direcção da Igreja, com a nomeação de um novo vigário do Ruanda, produziram também uma profunda alteração na situação, nomeadamente na *santa aliança triangular*, pois quer o novo vigário, quer o novo vice-governador eram profundamente favoráveis à *causa hutu*.

É neste contexto político-ideológico que surge, em 1957, um documento, *Manifeste des Bahutu*, redigido por nove signatários bahutu, entre eles Grégoire Kayibanda, dirigido à administração colonial belga, denunciando a exploração histórica dos Batutsi sobre os Bahutu, a situação de desigualdade social entre os dois grupos étnicos, a condição de estrangeiros e de colonizadores dos Batutsi (pois segundo o Manifesto não são originários do Ruanda), e pedindo à administração belga para alterar a situação e proceder a mudanças democráticas com vista à preparação da independência. Estes signatários tinham várias coisas em comum, sete deles eram originários da região de Gitarama, tinham todos estudado na mesma missão católica, e estavam todos fortemente ligados à Igreja que, na verdade, apoiava o Manifesto.

O Manifesto provocou uma forte reacção do Conselho do País, órgão consultivo criado com a reforma de 1952 e fortemente dominado pelos Batutsi e pelo *mwami*. A divisão étnica Hutu-Tutsi passou a ser pública e oficialmente assumida e a elite tutsi reagiu contra a reclamação dos signatários do Manifesto, proclamando a sua natural e histórica superioridade. Em consequência desta reacção, o movimento hutu rapidamente se radicalizou, dando origem a dois partidos políticos pró-Hutu, o PARMEHUTU (*Parti du Mouvement de l'Emancipation Hutu*), criado em 1959 em Gitarama e liderado por Grégoire Kayibanda e outros intelectuais bahutu signatários do Manifesto e originários da mesma região, e a APROSOMA (*Association pour la Promotion Sociale de la Masse*) criada em 1957, na região de Butare, e transformada em partido em 1958, liderada por Joseph Habyarimana Gitera, um dos signatários do *Manifeste des Bahutu*, mas que não fazia parte do grupo de Gitarama. Por sua vez, a elite dirigente tutsi cria, em 1959, um partido político, a UNAR (*Union Nationale Ruandaise*), que apesar de ser multi-étnico é fortemente dominado pela aristocracia tutsi. Alguns intelectuais e moderados bahutu criariam um outro partido, o RADER (*Rassemblement Démocratique Ruandais*). Este último nunca teve grande expressão e sempre foi visto como uma tentativa de criação da administração belga de uma via moderada tutsi.

Este processo de radicalização mútua entre Bahutu e Batutsi tem o condão de rapidamente *dividir as águas*, ou seja, por um lado fomentar a nova aliança Hutu-Igreja Católica-administração belga, e por outro radicalizar e marginalizar os Batutsi e o *mwami*, que a partir daí encaram quer a Igreja Católica, quer a administração belga como inimigos da sua causa, causa essa que se torna cada vez mais clara que só pode ser a independência e a criação de uma monarquia. Por outro lado, para a facção tutsi a ONU é cada vez mais a única aliada e a instituição que os pode levar à independência.

Esta radicalização atinge uma espécie de clímax em 1959. Primeiro, com a morte do *mwami* Mutara III, na cidade de Bujumbura, nas vésperas da sua deslocação à sede da ONU, para participar numa ronda de conferências sobre a independência do Ruanda-Urundi. Morte que ficou envolta numa teia de rumores sobre um presumível assassinato do rei. Aquando das suas exéquias em Kigali, o poder tutsi, através dos conselheiros políticos da corte, os *birus*, elege um novo *mwami*, Kigeri V, sem consultar a administração belga, no que ficou como uma afronta ao poder colonial.

Segundo, algum tempo depois deste incidente, milícias bahutu iniciam uma campanha de violência no norte do país contra as populações batutsi, seguindo-se uma resposta igualmente violenta dos Batutsi, organizados em torno do *mwami* e da sua aristocracia, e enquadrada pela UNAR. Nesta onda violenta de

acção-reacção a administração colonial belga, através das forças de segurança e do exército, acabaria por intervir e actuar sobretudo contra as milícias da UNAR, em parte desmantelando-as e destituindo as suas chefias, que na maioria eram os chefes de *chefferies* e de *sous-chefferies*. Estes tumultos de 1959 provocaram o primeiro grande movimento de refugiados batutsi, que se estima em cerca de 25.000.

Em 1960 a administração belga decide implementar uma nova reforma administrativa no Ruanda. Desaparece a classificação de *sous-chefferies*, e no seu lugar criam-se 229 comunas, e surgem 10 prefeituras. Ainda em 1960 organizam-se as primeiras eleições comunais, que o PARMEHUTU ganha com uma esmagadora maioria de mais de 70% (Lugan, 1997, p. 406). Também em 1960, a administração belga decide formar um governo provisório no Ruanda, oferecendo o lugar de primeiro-ministro ao líder do PARMEHUTU, Grégoire Kayibanda. Nesse mesmo ano, o *mwami* Kigeri V acaba por decidir-se pelo exílio.

No início de 1961, em face dos fortes desentendimentos entre a Bélgica e a ONU sobre a data da realização das eleições legislativas no Ruanda¹³, a administração colonial belga no Ruanda decide outorgar a autonomia político-administrativa interna do território e confiar ao governo provisório a administração e a preparação das eleições legislativas. O governo provisório proclamaria pouco depois a independência unilateral e a criação da República do Ruanda, a 28 de Janeiro de 1961, precisamente em Gitarama, onde se situava o bastião e a base social de apoio primária do PARMEHUTU e do governo provisório. Perante a impotência da ONU, e da potência tutelar, face ao “golpe de Estado hutu”, a Bélgica decide então realizar ainda nesse ano um referendo sobre a monarquia e simultaneamente eleições legislativas, que seriam novamente ganhas pelo PARMEHUTU, com mais de 70% dos votos. A Assembleia Legislativa daí resultante redigiu então a Constituição da nova República e elegeu Grégoire Kayibanda como primeiro presidente. A independência foi declarada oficialmente a 1 de Julho de 1962.

Um mono-Estado, em diferentes sentidos

Em 1962, na altura da independência, calcula-se que a diáspora tutsi para o estrangeiro, sobretudo o Uganda, se cifrava já em 100.000 pessoas. No exílio (Uganda, Congo, Burundi, Tanzânia e Europa), as comunidades batutsi intentam organizar vários movimentos de guerrilheiros, conhecidos por *inyenzi*, cujo

¹³ A administração belga tinha acordado com os partidos bahutu que as eleições seriam em Janeiro de 1961. A ONU não estava de acordo, devido ao clima de insegurança, e apoiando as pretensões batutsi pretendia adiar as eleições, e garantir o retorno dos refugiados batutsi.

propósito é o de derrotar militarmente o regime, fazer regressar os refugiados de 1959 e instaurar uma monarquia tutsi. Contudo, a sua acção incipiente e desorganizada, quer a partir do Uganda, quer do Burundi, mais não faz do que desencadear reacções violentas do governo contra as comunidades batutsi no Ruanda¹⁴. Assim, a cada acção dos guerrilheiros *inyenzi*, as forças armadas ruandesas respondem brutalmente contra as populações batutsi, como sucedeu especialmente nos anos de 1963 e 1964. Por outro lado, este processo serviu de *leitmotiv* para o governo ruandês ilegalizar a UNAR e o RADER, e perseguir os seus dirigentes que ainda se encontravam no país.

Como reacção aos massacres, sobretudo de 1963 e 1964, uma parte considerável da população tutsi fugiu para o exílio. Os números apontados para este êxodo variam imenso, e por exemplo Bernard Lugan aponta a cifra de 200 a 300.000 refugiados (Lugan, 1997, p. 436), e André Guichaoua, citando um relatório da ACNUR - Cruz Vermelha Internacional de 1964, fala mesmo em 336.000 (Guichaoua, 1995, p. 339). A guerrilha *inyenzi* desaparece nesse mesmo ano.

Resolvido o problema tutsi, o regime ruandês volta-se para si mesmo e inicia um processo de purificação e regionalização interna. Instituinto um regime de partido único, o PARMEHUTU. Ilegalizando a APROSOMA e perseguindo os seus dirigentes; muitos deles são detidos, ou morrem misteriosamente. Por outro lado, quer no aparelho do partido PARMEHUTU, quer no aparelho do Estado, inicia-se um processo de regionalização, centrado na prefeitura de Gitarama, núcleo do partido no poder, dando preferência aos Bahutu provenientes desta prefeitura, em detrimento do resto do país, com particular incidência para a prefeitura de Butare (centro de apoio da APROSOMA) e as prefeituras do norte, Gisenyi e Ruhengeri. Deste modo, a clique dominante do PARMEHUTU, originária de Gitarama, inicia um processo de controle hegemónico do partido-Estado e da sociedade ruandesa, eliminando quer o “inimigo” tutsi, quer os “inimigos” internos de outras prefeituras. Do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, o regime privilegiava sobretudo as regiões do centro-sul, Kigali, Gitarama, Gikongoro.

No período entre 1964 e 1973, as relações entre Batutsi e Bahutu manter-se-iam relativamente calmas. No entanto, do ponto de vista social, a situação era completamente adversa para os Batutsi. Sem acesso ao ensino, a lugares administrativos, e com uma grande repressão sobre os comerciantes batutsi, estes viam-se subordinados a uma nova ordem sociopolítica, que não aceitavam, e ciclicamente decidiam-se pelo exílio (sobretudo no Uganda e no Burundi).

¹⁴ Segundo Lugan o exército hutu ruandês era auxiliado nestas acções contra a guerrilha por oficiais belgas que estariam como cooperantes militares no Ruanda (1997, p. 434).

A aparente acalmia na relação entre os dois grupos seria violentamente alterada em Março de 1973. O regime hutu ruandês, bastante fragilizado por dissensões internas, entre Bahutu de Gitarama e de outras prefeituras, e em profunda crise económica, decide responder internamente aos violentos confrontos ocorridos no Burundi (onde a minoria tutsi domina o Estado desde a independência), confrontos esses nos quais se estima que cerca de 100.000 camponeses bahutu foram massacrados pelo exército tutsi. O governo ruandês decide responder e organiza uma série de massacres de população tutsi, com especial incidência nos estudantes e professores universitários, funcionários do aparelho estatal e comerciantes. Pela primeira vez, a comunidade internacional e a ONU reagem violentamente contra o governo de Kayibanda. Aproveitando-se deste momento difícil do governo, um grupo de militares originários das províncias do norte, liderados por Juvenal Habyarimana, um oficial do exército da prefeitura de Ruhengeri que tinha sido nomeado ministro da Defesa, organiza um golpe de Estado.

Este golpe termina oficialmente com o regime da I República. O novo regime, conhecido como II República, rapidamente institui uma nova ordem política, ilegaliza o PARMEHUTU, elabora uma nova Constituição e inicia um novo ciclo de partido único, o MRND (*Mouvement Révolutionnaire pour le Développement*). E a história pós-período colonial volta a repetir-se. Desta vez são as gentes do norte, das prefeituras de Gisenyi e Ruhengeri, que são privilegiadas no aparelho administrativo, nas forças de segurança, nos negócios e na educação. Políticos e intelectuais originários do sul, e partidários do PARMEHUTU, morrem misteriosamente, como o ex-presidente Kayibanda¹⁵, fogem para o exílio, ou são apenas marginalizados pelo regime. O poder de Estado e do partido único concentra-se numa pequena clique pessoal e familiar em torno do Presidente e da sua esposa, clique essa conhecida pelo nome de *akazu*, pequena cabana. O novo regime, à semelhança do regime anterior, promove o regionalismo, em detrimento da etnicidade.

Contudo, do ponto de vista económico, o país conhece neste período um enorme desenvolvimento e modernização. O Estado, graças à cooperação internacional e ao apoio do BM (Banco Mundial) e do FMI (Fundo Monetário Internacional), investe na construção de infra-estruturas rodoviárias, sanitárias e educacionais; na modernização e industrialização das principais produções agrícolas, o chá e o café; e na crescente urbanização, necessária face à enorme pressão demográfica

¹⁵ O ex-Presidente seria primeiramente condenado à morte, acusado de dirigir os massacres de 1973. Essa condenação posteriormente seria transformada em prisão perpétua, e depois em prisão domiciliária. Em 1977 Grégoire Kayibanda morreu em sua casa, ao que consta envenenado.

no mundo rural¹⁶. Para evitar pressões e acusações da comunidade internacional, o Estado institui um regime de quotas, que permite aos Batutsi acederem, de modo controlado, ao sistema de ensino público e ao aparelho administrativo e político. Aliás, no período de 1974 a 1990 a questão tutsi parece estar resolvida no país, pois não existem relatos de massacres significativos, e as comunidades batutsi recebem algum apoio do Estado.

No entanto, a partir de 1985, com a introdução de programas de ajustamento estrutural e de liberalização económica, o país conhece uma progressiva recessão económica, com uma acentuada queda das exportações, aumento do desemprego, e um clima de denúncias de corrupção de Estado, e da *akazu* que controla e domina quer o tecido político, quer económico. O regime intensifica a repressão política e instala-se um mal-estar social generalizado.

Entretanto, em 1979, no Quénia, um grupo de refugiados batutsi de 1959/1963 funda um movimento político denominado RANU (*Rwandese Alliance for National Union*), cujos principais objectivos são os de dar a conhecer internacionalmente a condição de refugiados das comunidades batutsi no exílio e de pressionar o governo ruandês para o retorno dos refugiados. Este movimento rapidamente adquire aderentes em todas as comunidades de exilados espalhadas pelos países limítrofes.

No Uganda, no final dos anos de 1970 e primeira metade dos anos 1980, o regime do presidente Milton Obote desenvolve uma campanha contra as populações hima, do centro do país, e contra as comunidades de refugiados batutsi, considerados como seus *parentes* étnicos e aliados. Esse processo faz com que, na segunda metade dos anos 80, uma grande quantidade de jovens batutsi, refugiados de segunda geração no Uganda, se junte ao movimento rebelde armado de Yoweri Museveni. Com a vitória de Museveni, estes jovens batutsi são guindados a postos influentes nas forças armadas ugandesas, e adquirem uma enorme experiência de guerrilha. Entre eles estão Fred Rwigyema e Paul Kagame. Contudo, a influência tutsi junto de Museveni e a posição social que estes Batutsi adquirem, faz reacender uma forte reacção dos outros grupos sociais ugandeses, obrigando o próprio Presidente a distanciar-se deles e a destituí-los dos seus cargos.

Este grupo de ex-militares *ugandeses* adere inicialmente à RANU, mas entra posteriormente em dissensão por não estar de acordo com a linha mais conservadora deste movimento que sempre optou por uma via negocial com o governo

¹⁶ O Ruanda é um pequeno país, com apenas 26 mil quilómetros quadrados de superfície e com uma população estimada em cerca de 10 milhões de habitantes. Tem uma taxa de crescimento populacional estimada em 3% ao ano, e uma densidade populacional média de 270 habitantes por quilómetro quadrado.

ruandês para resolver a questão do regresso dos refugiados¹⁷. Ao contrário, estes jovens *ugandeses* defendem uma via mais dura, militar, e criam em finais de 1989 um partido político, o RPF (*Rwandese Patriotic Front*)¹⁸, ao qual se juntam vários políticos da RANU, assim como jovens batutsi de vários países da diáspora, e mesmo alguns bahutu dissidentes do regime do MRND¹⁹. O RPF cria igualmente um braço armado, RPA (*Rwandese Patriotic Army*), cujos guerrilheiros ficam conhecidos por *inkontanyis*²⁰.

Neste contexto, o RPA lança, em Outubro de 1990, um violento ataque contra o Ruanda, atacando principalmente as prefeituras de Byumba e Kibungu, na região nordeste e leste do país. Este avanço militar do RPA só não sai vitorioso devido à intervenção militar de pára-quedistas franceses, e de uma força da guarda presidencial zairense, vindos expressamente para apoiar o regime de Habyarimana. Apesar de derrotado, o RPA reorganiza-se no Uganda, continua a lançar sucessivas ofensivas fronteiriças, e em 1991 chega mesmo a ocupar uma pequena faixa no norte do Ruanda, nas prefeituras de Ruhengeri e Byumba²¹. Esta guerra e os factos consequentes vieram demonstrar que os propósitos e objectivos do RPF não eram apenas os de promover as condições do regresso dos refugiados batutsi, mas sim constituíam uma estratégia para alcançar o poder e o controle do Estado ruandês (Gichaoua, 1995, p. 243).

Ao mesmo tempo que tem que resolver esta nova questão, o regime de Habyarimana sofre grandes pressões internacionais desde o final dos anos de 1980 no sentido de operar mudanças políticas, acabar com o regime de partido único e instituir um regime multipartidário. É a época dos ventos da transição para a democracia, que varre certos sectores políticos ocidentais e atinge fortemente os regimes ditatoriais ou de partido único africanos. Habyarimana, e a sua *entourage* política, a *akasu*, vêem-se obrigados a ceder às pressões internacionais, e a partir de 1991 o regime abre-se ao multipartidarismo. É elaborada uma nova Constituição e constituído um governo de unidade nacional (governo de transição democrática), e surgem em cena vários partidos, de entre os quais se destacam: o MDR (*Mouvement Démocratique Républicain*), o PSD (*Parti Social-Démocrate*),

¹⁷ Segundo o ACNUR, em 1990 existiam cerca de 480.000 refugiados batutsi nos países vizinhos (in Guichaoua, 1995, p. 244).

¹⁸ FPR na denominação francófona ou lusófona.

¹⁹ Entre os quais se destacaria Pasteur Bizimungu, que seria depois nomeado Presidente da República após a guerra civil de 1994, quando o RPF/RPA tomou o poder. Em 1997 seria acusado de ter participado em massacres do regime de Kayibanda e seria destituído e encarcerado.

²⁰ “Os invencíveis”.

²¹ A estreita relação entre o RPF e o governo ugandês, e mesmo o governo do Burundi, e os apoios que estes dois países deram à guerrilha tutsi, fizeram com que sempre se tivesse falado de uma estratégia hima para dominar a região dos Grandes Lagos (Guichaoua, 1995, p. 222).

o PDC (*Parti Démocratique Chrétien*), o PL (*Parti Libéral*) e o CDR (*Coalition pour la Défense de la République*). O CDR é na verdade um partido que resulta de uma cisão no partido-Estado, o MRND, a partir de uma ala extremista ultra-hutu, que vai incorporar alguns dirigentes do ex-partido único e elementos próximos da *akasu*²².

A democracia e o genocídio foram forjados no mesmo cadinho

A ofensiva de 1 de Outubro de 1990 do RPA produziu um efeito ambíguo no regime de Habyarimana. Se, por um lado, constituiu um dos factores decisivos para a *abertura* política do regime, por outro lado motivou uma radicalização de certos sectores extremistas bahutu (intelectuais, políticos e militares). Essa radicalização, provocada pelo medo de perder o poder absoluto por parte de uma minoria que controlava o aparelho de Estado, conduziu à formação do CDR e das milícias populares extremistas, os *interahamwe* (“aqueles que combatem juntos”), controladas pelo MRND, e provavelmente por membros da *akazu*. As milícias *interahamwe* eram constituídas essencialmente por jovens desempregados bahutu e enquadradas militar e politicamente por altos responsáveis do Estado e das Forças Armadas. Estavam organizadas em grupos, com base na organização administrativa das comunas, e em geral era o próprio *bourgmestre*, ou presidente da comuna, o responsável máximo de cada grupo. Entre 1992 e 1993, os *interahamwe* foram acusados de diversos massacres de comunidades batutsi, sobretudo no norte, na província de Ruhengeri e no sul, na região de Bugesera.

Simultaneamente, o CDR, através do controle de alguns meios de comunicação extremistas, nomeadamente da rádio *Radio-Télévision Libre des Mille Collines* e do jornal *Kangura*, e de uma aliança estratégica com a tendência *Hutu Power*, grupo de extremistas ligados ao MDR, lança uma fortíssima campanha diária anti-Tutsi, provocando o reacender do sentimento étnico do “inimigo tutsi”, *adormecido* desde 1973.

Fortemente pressionado do ponto de vista internacional, o regime hutu do presidente Habyarimana aceita participar em negociações com o RPF, cujos principais objectivos são: 1) o estabelecimento de um cessar-fogo; 2) a implantação de um regime democrático e do pluralismo político; 3) o retorno total e incondicional de todos os refugiados; 4) a formação de um exército único, conjugando e integrando as duas forças militares em confronto. Essas negociações, que envolvem

²² A grande maioria dos autores e analistas da crise do Ruanda são unânimes em considerar que o CDR é uma criação da própria *akasu* e dos sectores extremistas do MRND, abrindo assim uma via de extremismo e ilibando quer o partido, quer o Presidente e a sua clique, pelo discurso profundamente anti-Tutsi que passou a veicular.

todos os partidos políticos ruandeses assim como o RPF, iniciam-se em Arusha (Tanzânia), em Julho de 1992 (conhecidas como o Protocolo I). Em Janeiro de 1993 é então assinado um *memorandum* de entendimento entre as partes e um acordo de cessar-fogo (Protocolo II).

Contudo, estes acordos de Arusha nunca seriam implementados. Do lado do regime ruandês há uma forte oposição a eles, por parte de uma coligação partidária envolvendo o MRND, o MDR, o PL, o PSD e o PDC. O CDR sempre assumiu uma posição de hostilidade e denúncia das negociações com o FPR. Bem ao contrário, a assinatura dos acordos provoca mesmo uma radicalização do regime e uma crispação nacional anti-Tutsi, fomentada pelos meios de comunicação pró-CDR, e mais uma onda de massacres de comunidades batutsi perpetradas pelas milícias *interahamwe*. Do lado do FPR essa radicalização é igualmente notória, e o partido denuncia o acordo (em causa estava a questão do regresso total e incondicional dos refugiados, que em 1990 se estimam em 379.000²³) e lança uma nova ofensiva, em Fevereiro de 1993. Esta segunda ofensiva, que chega a 25 km da capital Kigali, é contrariada uma vez mais pela intervenção de tropas francesas. No entanto, esta ofensiva tem o condão de forçar novas negociações, e a assinatura de um segundo acordo, em Julho de 1993, agora sob os auspícios da ONU. Nesse acordo estava prevista a criação de uma força de verificação da ONU, a UNAMIR (*United Nations Assistance Mission in Rwanda*)²⁴.

Os acordos de Arusha nunca viriam a ser implementados por bloqueios constantes, ora do RPF ora do MRDN e das facções extremistas bahutu, demonstrando assim que o que estava em causa era a perpetuação do controle do Estado e da economia por parte da clique hutu, e a conquista deste por parte do RPF.

Num outro sentido, é preciso entender que a radicalização destas forças antagónicas também se encontrava bastante influenciada pela situação nos países vizinhos, e em especial no vizinho Burundi. Neste país a situação política estava bastante degradada, sobretudo após o atentado contra o presidente Melchior Ndadaye, em Outubro de 1993, primeiro presidente hutu eleito democraticamente e assassinado por extremistas do exército burundês, controlado pela etnia tutsi desde 1963. No Ruanda, este facto vai cindir ainda mais a cena política entre pró-Batutsi e pró-Bahutu, cisão essa que afecta todos os partidos políticos e que deu aos extremistas bahutu um *leitmotiv* para atacarem e radicalizarem as suas posições anti-Tutsi.

Em consequência, nos inícios de 1994 as milícias extremistas bahutu ruandesas tornam-se cada vez mais activas, e são responsáveis por diversos assassinatos

²³ Guichaoua, 1995, p. 341.

²⁴ Ou MINUAR, na versão francófona.

de membros da oposição política interna, assim como de dirigentes de grupos de direitos humanos e de jornalistas. Também aumentam significativamente os ataques a comunidades batutsi. Os meios de comunicação extremista ruandeses, a RTLMC e o jornal *Kangura*, começam a difundir constantemente mensagens claras a apelarem ao extermínio de todos os Batutsi, considerados como *aliados* do RPF/RPA. Estes meios de comunicação social chamavam pejorativamente aos Batutsi de *cafards* (“baratas”). Um relatório da UNAMIR, de Fevereiro de 1994, fala claramente da existência de campos de treino para as milícias *interahamwe*, e da distribuição de armas a estes grupos. Os observadores internacionais (UNAMIR, corpo diplomático, ONG, etc.) sentem que existe *algo* em preparação, no entanto todos se sentem incapazes de tomarem medidas concretas.

A 6 de Abril o presidente Habyarimana termina uma ronda de conversações, em Dar-es-Salam, sobre a região Ruanda/Burundi. Nesse mesmo dia regressa a Kigali, acompanhado de vários conselheiros governamentais, aproveitando uma *boleia* no avião do presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, que também seguia a bordo. Por volta das 20.20, o avião presidencial faz-se à pista do aeroporto de Kigali quando é atingido por dois mísseis (SAM 16 *Gimlet*). Por volta das 0.30 horas, portanto já no dia 7 de Abril, a *Rádio Télévision Libre des Mille Collines* anuncia a morte do Presidente, acusa o RPF/RPA do atentado, e incita os Bahutu a “cumprirem o seu dever patriótico, e a realizarem uma *umuganda* (trabalho comunitário obrigatório)”. Imediatamente, grupos de *interahamwe*, munidos de listas de nomes²⁵ e enquadrados por forças do exército e da polícia, colocam várias barreiras, *check-points*, em quase todos os bairros da capital, atacando seletivamente as casas dos principais oponentes políticos do regime, quer sejam de origem hutu ou tutsi. Poucos são aqueles que conseguem escapar, em face da eficiência do ataque, da surpresa, da organização e disciplina das milícias e da hora nocturna.

É na noite de 7 de Abril de 1994 que o genocídio começa verdadeiramente. Primeiro, através da *eliminação* de centenas de Bahutu, oponentes políticos e críticos do regime, e seus familiares. Depois, uma vez concluído este processo, as milícias *interahamwe* iniciam o processo de eliminação dos Batutsi, processo este que um dirigente governamental apelidaria publicamente de *solução final*, à semelhança do holocausto judeu. O método utilizado era exactamente o mesmo por toda a parte: procurar os Batutsi (ou através de listas já elaboradas, ou através de denúncias de vizinhos, amigos, etc.), e chaciná-los onde quer que se encon-

²⁵ Os organizadores do genocídio tinham preparado por todo o país listas com os nomes dos Batutsi que deviam ser eliminados, sua localização, bem assim como dos Bahutu da oposição.

trassem (igrejas²⁶, escolas, casas, barreiras nas ruas, etc.). As directrizes para as milícias eram bem claras, “matar todos os Batutsi, velhos ou crianças”. Primeiro em Kigali, depois por todo o país, durante 90 dias infernais, calcula-se que entre 750.000 a 1 milhão de Batutsi foram selvaticamente massacrados.

Ao mesmo tempo, e logo a partir do dia 7 de Abril, o RPA (que entretanto tinha colocado cerca de 600 homens armados em Kigali, com base nos acordos de Arusha) inicia uma guerra civil contra as forças governamentais. Primeiro em Kigali, através dessa pequena força, que aos poucos foi ocupando alguns bairros da capital. Logo de seguida inicia-se a invasão do grosso das tropas do RPA, a partir do Uganda, onde a maioria dos seus guerrilheiros se encontravam acantonados. Progressivamente o RPA conquista as províncias a leste do país, Byumba e Kibungo, e cerca Kigali, que tomba em seu poder a 4 de Julho, colocando assim um fim ao genocídio na capital. O restante território foi tombando sucessivamente nas mãos do RPA e em 27 de Julho, Gisenyi, a última cidade em poder das forças governamentais, acaba igualmente por se render à guerrilha tutsi.

A partir deste movimento militar vitorioso do RPA, cria-se uma onda de milhares de refugiados bahutu, primeiro das províncias de Byumba e Kibungo, neste último caso sobretudo na direcção da vizinha Tanzânia, e, depois da queda da capital, em direcção ao Zaire. O movimento de refugiados conta não somente com milhares de civis, mas igualmente com uma parte do desmantelado exército governamental, e das milícias *interahamwe*, que vão fugindo à medida que o RPA avança na direcção das fronteiras do noroeste e sudoeste do país, precisamente a zona de fronteira com o Zaire. Com este movimento formam-se então os campos zairenses de refugiados bahutu em Bukavu, a sul do lago Kivu, e em Goma (Zaire). Por outro lado, formam-se no interior do Ruanda dezenas de pequenos campos de IDP (*Internally Displaced People*).

Finalmente, uma última palavra sobre o papel da *comunidade internacional*²⁷ nesta derradeira etapa da história do genocídio e da guerra civil no Ruanda. Impotente para compreender os factos, e actuar em conformidade com o seu estatuto, a dita *comunidade internacional* decidiu retirar-se do Ruanda, exactamente no momento em que a sua presença era mais necessária. A Bélgica e a França decidiram retirar os seus cidadãos logo no início do genocídio (operação conhecida

²⁶ Na história dos massacres as igrejas sempre constituíram um lugar de refúgio, um santuário. Contudo, em 1994 as igrejas foram dos locais mais emblemáticos dos massacres, primeiro pela carga simbólica de um país que se devotou ao Sagrado Coração de Jesus, profundamente católico, e depois por aqui se concentraram milhares de Batutsi, que foram assim facilmente massacrados.

²⁷ A expressão *comunidade internacional* é profundamente ambígua e até deformadora. Ela é utilizada aqui apenas em economia de expressão, e pretende designar um conjunto de actores sociais colectivos, relevantes neste mesmo contexto, ou seja, os países directamente envolvidos na questão, as organizações internacionais (tais como as agências onusianas, a CVI, etc.) e as ONG.

por *Silver Back* – nome dado aos famosos gorilas da montanha). A própria Bélgica decidiu igualmente retirar o seu contingente de capacetes azuis²⁸. Face à retirada dos capacetes azuis belgas, em Maio o Conselho de Segurança da ONU decidiu retirar a UNAMIR. Contudo, a 22 de Junho, o Conselho de Segurança votou uma moção que atribuía à França um mandato de intervenção humanitária, denominado *Opération Turquoise*, já mesmo no final do genocídio e da guerra civil. As tropas francesas, que tinham estado sempre do lado do regime de Habyarimana desde o início das hostilidades com o RPA, em 1990, acabaram por ter um papel preponderante, primeiro, ao ajudarem o derrotado exército governamental e as milícias *interahamwe* a fugirem do Ruanda (com armamento incluído), e em segundo ao criarem, no interior do país, zonas humanitárias (campos de IDP), que serviram de refúgio a muitos planificadores e executantes do genocídio.

Uma espécie de regresso ao passado

A vitória do RPF encerrou um ciclo da história pós-colonial do Ruanda, e abriu um novo ciclo, num contexto social, político e económico profundamente marcado pelas dinâmicas e consequências do genocídio e da guerra civil, e com o Estado completamente desmantelado. Por um lado, o êxodo hutu para o Zaire provocou a derrocada completa do aparelho estatal ruandês. Por outro, a guerra civil e o genocídio deixaram o país numa situação de profundo traumatismo social e de profunda disfunção económica. Pode afirmar-se que nessa fase o país encontrava-se economicamente: a) na dependência total da assistência internacional; b) em ruptura das estruturas produtivas de bens de consumo e de serviços (estatais, privados e domésticos); c) obrigado a canalizar os poucos recursos disponíveis para a esfera humanitária, em detrimento da esfera de desenvolvimento.

Do ponto de vista da estrutura social a situação alterou-se profundamente. Além da ruptura étnica entre Batutsi sobreviventes do genocídio e a restante população hutu, o país via regressar cerca de um milhão de refugiados batutsi, nomeadamente do Uganda e do Burundi. Os Batutsi vindos do Uganda, essencialmente pastores, instalaram-se na faixa leste do país, sobretudo na prefeitura de Kibungo, zona de predominância hutu, ocupando vastas áreas com as suas enormes manadas de gado bovino, e alterando o tecido social da região. Os Batutsi burundeses instalaram-se principalmente nas áreas urbanas. Dada a sua maior qualificação educativa e profissional, ocuparam lugares relevantes no exército e na polícia, no aparelho estatal e no sector económico privado, sobretudo no

²⁸ O governo belga tomou esta decisão no seguimento do assassinato de dez capacetes azuis belgas da força da UNAMIR, chacinados pelo exército ruandês, na madrugada do dia 7 de Abril de 1994.

comércio. Face a este novo cenário social, os Batutsi residentes no Ruanda e sobreviventes do genocídio continuaram numa posição desfavorecida, agora até em relação aos seus outros *irmãos* batutsi.

A partir de Fevereiro/Março de 1995 este panorama político-social modificou-se substancialmente, ainda a um ritmo lento e tímido durante o resto do ano, e de modo mais significativo a partir de 1996. Essa mudança permitiu aos poucos uma melhor compreensão da verdadeira natureza do regime: de raiz militarista e de dominação tutsi. Foram várias as razões que concorreram para esta mudança. Em primeiro lugar houve uma deterioração progressiva da segurança interna. O regime hutu deposto em 1994 começou a reorganizar-se a partir dos campos de refugiados no Zaire, sobretudo nos da região de Goma, no Norte Kivu. Nos finais de 1994 surgiu um partido político, o *Rally for the Return and Democracy in Rwanda*, que começou a reorganizar a resistência hutu a partir dos campos, e a armar e treinar o antigo exército e as milícias *interahamwe*, para acções de guerrilha. As acções desta guerrilha foram intensificando-se ao longo do ano de 1995. Começando por actuar nas prefeituras de Gisenyi e Ruhengeri, nos finais de 1995 os guerrilheiros já actuavam em todas as prefeituras fronteiriças do Zaire, e conseguiam mesmo realizar alguns raids na prefeitura de Kigali Rural, no centro do Ruanda. Os alvos eram sobretudo Batutsi sobreviventes do genocídio e também membros do aparelho de Estado ao nível local, a maioria dos quais Bahutu.

Este rápido incremento das acções da guerrilha hutu, a partir dos campos de refugiados do Zaire, provocou reacções do exército governamental para com as populações camponesas bahutu, acusadas de cumplicidade com os guerrilheiros, e simultaneamente aumentou as clivagens políticas e sociais entre Bahutu e Batutsi em geral²⁹. Com o pretexto de combater a guerrilha hutu, os militares e os políticos batutsi foram implementando um regime político semi-militarista, claramente dominado por membros desta etnia. Em segundo lugar, a pressão social e política exercida pelos civis batutsi sobre os militares e políticos foi-se acentuando. Por um lado, existia uma pressão de cariz económico que se traduzia na prática numa pressão judicial. Os Batutsi, quer os novos grupos retornados do exílio, quer os sobreviventes do genocídio, procuravam alcançar vantagens económicas tais como terras de cultivo ou pastoreio, casas, negócios, lugares no

²⁹ No início de 1996 já era evidente que a guerrilha hutu estava muito bem organizada. Tinha estabelecido bases no interior do Ruanda e controlava pequenas zonas do país, sobretudo zonas de domínio populacional hutu. Por esta altura também o exército governamental passou a constituir um dos alvos preferenciais da guerrilha. O exército governamental adoptou então tácticas militares anti-guerrilha, denominadas *cordon and search*, que consistiam em juntar todos os homens maiores de 16 anos de uma determinada área e tomá-los como potenciais guerrilheiros. Estas tácticas provocavam um enorme sentimento de revolta entre as populações bahutu. Em 1996 foi criada uma segunda guerrilha hutu, a PALIR, que englobava refugiados bahutu ruandeses e burundeses, e que actuava simultaneamente nas províncias sul do Ruanda e norte do Burundi.

aparelho de Estado, etc., detidas por Bahutu. As formas mais rápidas e eficazes de o conseguirem era acusarem os seus proprietários de terem participado no genocídio³⁰.

Estas clivagens sociais de expressão étnica viriam a assumir um carácter público a partir de meados de 1996. Por essa época, com o intensificar da perseguição às populações de origem tutsi no Zaire, o discurso oficial foi acompanhando a radicalização da componente tutsi do regime político ruandês. A utilização dos etnónimos Hutu e Tutsi, até então *proibidos* na linguagem formal do regime em detrimento do conceito unificador de *ruandês*, tornou-se uma constante, quer entre os membros do aparelho de Estado, quer entre a população civil.

Do ponto de vista político, em 1996 já o novo regime ruandês mostrava sinais evidentes de que a famosa *reconstrução nacional* não era uma prioridade. Mesmo ao nível dos grupos dirigentes eram notórias as clivagens de expressão étnica, e o regime assumia cada vez mais a sua natureza militarista e pró-Tutsi. Vários dirigentes governamentais bahutu eram forçados a demitirem-se, e mais tarde acabavam por ser acusados de participarem no genocídio. Dos mais destacados entre eles contam-se os dois primeiros-ministros pós-genocídio, Faustin Twagiramungu e Pierre Célestin Rwigema, e o próprio presidente Pasteur Bizimungu. Tornava-se cada vez mais evidente que neste novo regime político pós-genocídio os dirigentes bahutu eram *figuras de fachada*, pois o poder era realmente detido por Batutsi.

Por outro lado, os campos de refugiados no Zaire constituíram desde sempre um nicho para a guerrilha hutu, e portanto uma séria ameaça à segurança interna do novo regime político ruandês pós-genocídio. Claro que o problema era bem mais vasto, uma vez que os campos constituíam um factor de desequilíbrio para toda a região. Foram aliás estas as conclusões da conferência regional de Bujumbura, em Fevereiro de 1995, sob os auspícios da ainda OUA (Organização de Unidade Africana) e do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Desta conferência saiu a conclusão de que os Estados da região e as organizações internacionais deviam cooperar para facilitar o retorno dos cerca de 2,7 milhões³¹ de refugiados bahutu ruandeses e burundeses. Os governos do Ruanda e do Burundi desde o início que pediram sistematicamente que os campos fossem desmantelados. A pressão maior vinha da parte do governo do Ruanda,

³⁰ Com a fuga dos quadros bahutu para o exílio, o aparelho judicial ficou completamente destroçado. Os tribunais não funcionavam, pois não existiam juizes, advogados, inspectores de polícia, etc. Pelo contrário, o novo regime tinha como prioridade deter e julgar aqueles que tinham participado no genocídio. Na ausência de um aparelho judicial, as detenções eram ilegais, no sentido de que não existiam investigações sobre a acusação. Assim, bastava o testemunho de três pessoas para o acusado ser imediatamente encarcerado *ad infinitum*. O número de Bahutu acusados de genocídio por este sistema de acusação passou dos cerca de 10 mil, nos inícios de 1995, para os 100 mil, dois anos mais tarde.

³¹ Esta cifra provavelmente estava muito inflacionada, pois o empolamento do número de refugiados constituía um factor relevante para todos os actores envolvidos nesse processo.

porque os refugiados eram maioritariamente Bahutu ruandeses³² que para além de constituírem uma crescente ameaça à sua segurança interna, entre eles encontrava-se a grande maioria dos responsáveis pelo genocídio de 1994. Apesar dos esforços das organizações internacionais, que organizavam campanhas de sensibilização aos refugiados no sentido de os convencerem a regressarem ao Ruanda, o certo é que essas campanhas pouca eficácia tinham. A razão principal residia no domínio que os responsáveis bahutu exerciam sobre os refugiados. Os campos estavam organizados em círculos concêntricos, com as camadas externas ocupadas por refugiados *vulgares* que serviam de autênticos cinturões protectores aos círculos mais internos, bastiões do poder militar e político hutu.

Face à incapacidade demonstrada pelas organizações internacionais para tomarem uma resolução apropriada para resolverem a questão dos campos de refugiados, o regime político-militar ruandês sempre teve presente que a resolução passaria muito por uma iniciativa própria. Consciente de que a pressão sobre as organizações internacionais era por si só insuficiente, a partir dos primeiros meses de 1995 o exército ruandês foi desenvolvendo acções militares pontuais sobre os campos: infiltração de agentes do Estado, pequenos ataques por grupos de comandos, bombardeamentos selectivos, etc. Contudo estas acções não impediam que o antigo exército hutu e as milícias se organizassem e desenvolvessem acções dentro de território ruandês. A progressiva escalada das acções destes grupos bahutu, ao longo dos anos de 1995 e 1996, cimentaram no regime ruandês a convicção de que a aniquilação desta guerrilha, cada vez mais incómoda, só seria possível através de uma acção militar directa, e em larga escala, aos campos de refugiados no Zaire. Mas esta acção não podia desenrolar-se abertamente, primeiro porque seria vista, do ponto de vista humanitário, como um atentado aos *desprotegidos* refugiados civis; em segundo lugar seria vista como uma invasão de fronteiras e por conseguinte uma agressão internacional do Ruanda contra o Zaire. O regime político ruandês estava bem consciente das implicações e das reacções que um tal acto iria provocar internacionalmente.

O modo de ultrapassar este problema foi ironicamente *oferecido* pelas próprias autoridades políticas zaienses com o “*affair Banyarwanda*”. *Banyarwanda* é uma expressão que significa literalmente “os falantes de kinyarwanda” (língua do Ruanda), e que se aplica quer às populações ruandesas, quer às populações fa-

³² Segundo os dados do ACNUR, em Setembro de 1996, nos cinco campos da região de Goma (Zaire) estavam cerca de 700 mil refugiados ruandeses. Nos campos de Bukavu cerca de 300 mil ruandeses e 2000 burundeses. Em Uvira o número de refugiados ruandeses era de 76 mil para cerca de 143 mil burundeses.

lantes de kinyarwanda emigradas³³ nos países fronteiriços, sobretudo no Uganda e na República Democrática do Congo (ex-Zaire). Neste último país, estas populações encontram-se sobretudo na faixa fronteiriça ao norte e sul do lago Kivu, e são compostas por grupos de Batutsi, Bahutu e Batwa.

A história local destas populações varia também segundo algumas clivagens étnicas originais. Assim, enquanto que as populações de origem hutu se integraram aos poucos nos grupos locais (através de casamentos, por exemplo), e foram perdendo alguma identidade cultural e linguística ruandesa, as populações batutsi foram mais resilientes nesta integração, tendo privilegiado os casamentos endogâmicos e a identidade cultural e linguística. Por outro lado, estas populações batutsi, sobretudo as que habitam na região do Sul Kivu, conhecidas por Banyamulenge³⁴, desenvolveram algum predomínio económico sobre outros grupos vizinhos, primeiro pelo facto de serem criadoras de gado, e por participarem e controlarem as redes do comércio de ouro de Uvira.

Estas populações banyarwanda mantiveram relações cordiais com outros grupos locais, e mesmo com o Estado congolês, até ao advento da rebelião mulelista de 1964³⁵. Nessa altura, os Banyamulenge opuseram-se aos princípios pró-comunistas dos rebeldes e aliaram-se ao denominado Exército Nacional Congolês, de Mobuto Sesse Seko. A partir dessa época a relação com o Estado zaireense e com os outros grupos locais foi-se progressivamente deteriorando. Em 1972 saiu uma legislação sobre a nacionalidade zaireense, na qual se estabelecia que eram considerados zaireenses apenas os indivíduos de proveniência ruandesa que habitassem no Zaire antes de 1 de Janeiro de 1950. Contudo, em 1981, o parlamento zaireense aprovou uma nova legislação que retirava as prerrogativas anteriores, e conferia a nacionalidade zaireense apenas a quem provasse que os seus ascendentes viviam na região antes da Conferência de Berlim. Desde essa época os Banyarwanda foram na generalidade considerados estrangeiros, e impedidos de ocuparem cargos públicos.

Com o estabelecimento dos campos de refugiados bahutu, estas populações banyarwanda, sobretudo as de origem tutsi, passaram a ser ainda mais hostilizadas e perseguidas. Os refugiados bahutu conseguiram instrumentalizar membros do exército zaireense, do aparelho de Estado e a população em geral (com a formação das milícias Mai-Mai), num movimento persecutório contra os Banyarwanda. As primeiras populações a sofrerem foram as do Norte Kivu, nas

³³ Uma parte destas populações encontra-se nestas regiões há muitos séculos, e fazem parte das primeiras migrações de povos banto e de Batutsi, que se instalaram em zonas a norte e a sul do lago Kivu, já na actual RDC (ex-Zaire).

³⁴ O termo significa "os Banyarwanda que vivem em Mulenge".

³⁵ Rebelião liderada por Pierre Mulele na província do Kivu.

regiões de Masisi e de Rutshuru. Na primeira metade de 1996, e em consequência destes ataques, algumas dezenas de milhares de Batutsi fugiram para o Ruanda.

A guerra *banyamulenge* e a morte nos campos de refugiados do Kivu

No rescaldo do *affair* dos Banyarwanda do Masisi, por volta do mês de Maio/Junho de 1996, em Kigali começaram a circular *rumores* de que as autoridades zaienses do Sul Kivu, lideradas pelo comissário de Uvira, Sheweka Mutabazi, estavam a organizar acções contra os Banyamulenge de origem tutsi. Entre essas acções incluía-se a elaboração de listagens das propriedades e do gado, a serem expropriadas. Os *rumores* deram rapidamente lugar às certezas, com a ONG local *Groupe Milima*, dirigida por um banyamulenge, Muller Ruhimbika, e a Amnistia Internacional a denunciarem vários tipos de atrocidades contra estas populações. O governo ruandês anunciou então que não iria deixar passar em claro esta nova inventiva contra os *irmãos*, e que tomaria acções concretas³⁶.

Ao contrário do que sucedeu no caso dos Banyarwanda do Norte Kivu, que não ofereceram nenhuma resistência quando foram atacados, os Banyamulenge organizaram-se militarmente, resistindo ao exército zairense. Em Setembro desse ano de 1996, os confrontos desenrolaram-se em torno da cidade de Uvira, que tombou nas mãos dos Banyamulenge no final do mês. Após a conquista da cidade, a guerrilha banyamulenge dirigiu-se para norte, com o objectivo de atacar os campos de refugiados bahutu e a cidade de Bukavu.

Nesse momento, o governo zairense de Mobuto Sesse Seko e alguns Estados europeus, entre eles a França, acusaram o Ruanda e o Burundi de estarem na regatuarda da guerrilha. O primeiro fornecendo homens e armamento, o segundo permitindo que a guerrilha criasse bases no seu território. Apesar de o regime ruandês ter sempre negado qualquer participação, e defendido que se tratava de uma questão interna zairense, o certo é que para alguns observadores era evidente que o regime estava fortemente implicado, apesar de em Setembro de 1996 ainda não ser perfeitamente claro quais as verdadeiras dimensões e propósitos desse envolvimento. Contudo, à medida que a guerrilha avançava para norte e atacava os campos de refugiados bahutu, ruandeses e burundeses, do sul do

³⁶ Vários dirigentes ruandeses proferiram acusações públicas no mesmo tom, incluindo o presidente Pasteur Bizimungu, mas o mais contundente foi o discurso do então vice-presidente e ministro da Defesa, Paul Kagame, que em Cyangugu, no início de Agosto afirmou publicamente algo do estilo: “os irmãos banyamulenge se forem expulsos do Zaire serão acolhidos por nós de braços abertos, mas trazem as suas terras com eles, terras essas que já foram solo ruandês” (nota recolhida pelo autor), numa advertência clara de que o Ruanda iria apoiar a luta banyamulenge e, se necessário, ocupar território zairense.

Kivu, tornavam-se cada vez mais evidentes os sinais do envolvimento ruandês³⁷ e os seus propósitos. Para o regime ruandês, sob a capa de defender os *irmãos tutsi* banyamulenge, esta era a oportunidade única de atacar os campos de refugiados e aniquilar a guerrilha hutu.

Contudo, apesar de os campos constituírem a principal *agenda* do governo ruandês, cedo se tornou perceptível que o exército zaireense era incapaz de travar militarmente a progressão dos rebeldes banyamulenge. Este facto ficou comprovado com a tomada da cidade de Bukavu, ainda em Outubro de 1996. Alguns grupos da oposição zaireense ao regime de Mobuto Sesse Seko começaram então a negociar com o regime ruandês no sentido de se constituir uma frente única que derrubasse o ditador. Entre esses grupos pode destacar-se as iniciativas do RNS (*Rally for a New Society*) e da OAPSK (*Organisation des Associations Paysannes du Sud Kivu*).

É desta conjugação de forças e interesses que nasce a ADFLC-Z (*Alliance Démocratique des Forces de Libération du Congo-Zaire*). Para a oposição zaireense a ADFLC-Z constituía um excelente meio de derrubar o regime de Mobuto Sesse Seko, para os Banyamulenge significava a ascensão ao poder no novo Zaire, e para o Burundi e o Ruanda, sobretudo para este último, era a possibilidade de levar a cabo os seus objectivos de desmantelar os campos de refugiados e de aniquilar as guerrilhas bahutu, sem ser acusado de agressão externa³⁸. A escolha de Laurent-Desiré Kabila para líder da ADFLC-Z parece ter resultado da necessidade de apresentar um líder *verdadeiramente* zaireense, com longo passado de oposição a Mobuto Sesse Seko.

Os desenvolvimentos que se seguiram são bem conhecidos. Sem uma oposição credível, a ADFLC-Z foi avançando para o Norte Kivu, atacando e desmantelando os campos de refugiados bahutu, e obrigando cerca de 700.000 mil a regressarem ao Ruanda, em Novembro de 1996, prosseguindo depois a sua marcha vitoriosa até à capital Kinshasa. Em 17 de Maio de 1997 Laurent-Desiré Kabila autoproclamou-se presidente da República Democrática do Congo. Uma vez no poder, talvez pressionado pela necessidade de estabelecer alianças políticas nacionais, rapidamente acedeu aos sentimentos anti-Tutsi característicos da maioria da sociedade política e civil zaireense, e fomentou uma autêntica campanha

³⁷ Ficam aqui apenas algumas das constatações observadas pelo autor no terreno: a) era perfeitamente visível que o número de efectivos do exército ruandês tinha diminuído significativamente; b) apesar disso, o exército ruandês estava a levar a cabo uma campanha de mobilização de jovens batutsi; c) vários oficiais e políticos batutsi referiam-se em privado às suas deslocações ao *outro lado*; d) apesar de estar sob um embargo de armas, todas as noites aterravam aviões no aeroporto, sem que fossem voos civis.

³⁸ Estes factos seriam posteriormente confirmados na íntegra pelo próprio vice-presidente ruandês, Paul Kagame, numa entrevista dada ao *Washington Post* em 9 de Julho de 1997 (<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/congo/stories/070997.htm>).

contra os Banyamulenge, recusando-lhes mesmo a nacionalidade zairense. No mesmo sentido, o novo homem forte da RDC expulsou todos os *cooperantes* militares ruandeses. Nessa campanha o novo poder na RDC levou a cabo uma autêntica depuração étnica no exército, perseguindo e executando soldados banyamulenge e substituindo as chefias *kadogo* (nome atribuídos aos militares que não era katan-gueses) por homens da sua região natal³⁹.

Em consequência deste processo de formação do novo Estado congolês, sectores *kadogo* do exército e da própria ADFLC-Z, opostos ao Presidente e apoiados pelo Ruanda e o Uganda, criaram em 12 de Agosto de 1998, na cidade de Goma, um movimento armado de oposição, denominado RCD (*Rassemblement Congolais pour la Démocratie*), liderado por Wamba Dia Wamba. A entrada em cena deste movimento marca o início de um novo conflito armado, cuja internacionalização tem envolvido países da região.

Este artigo não pretende analisar este conflito, cuja dimensão regional e internacional é bem complexa, assim como os desenvolvimentos posteriores, gerando um dos mais violentos e mortais conflitos da história contemporânea africana.

Estilo epílogo

Neste artigo pretendeu-se demonstrar que a história do Ruanda no pós-período colonial não se restringe a uma visão simplista de uma sucessão de *conflitos étnicos* entre duas etnias distintas e rivais, como usualmente surge relatado, mas sim à história de sucessivos processos de luta pelo controle hegemónico do poder de Estado, na qual grupos sociais em oposição utilizam diferentes formas de identidade social colectiva, por vezes de cariz étnico, outras de cariz regional, enquanto recurso político para a conquista, e forma legitimada para a manutenção desse controle do Estado.

O genocídio de 1994 acaba por ser a nefasta *conclusão lógica* de todo um processo de massacres, iniciado em 1959, em que a população tutsi foi sistematicamente utilizada como *bode expiatório* de diferentes facções bahutu, em luta pela conquista do Estado. O que sempre esteve em causa, desde a independência, não foi uma visão etnicizada da questão política, mas antes uma visão absolutista e hegemónica do poder político, que sempre utilizou recursos discursivos étnicos como catalisador de violências contra outros grupos em concorrência pelo mesmo poder. A história dos massacres ruandeses, desde 1959, não envolveu apenas os Batutsi enquanto vítimas, mas todos aqueles que se opuseram aos diferentes regimes bahutu, fosse por razões políticas, regionais, ou outras.

³⁹ O falecido presidente Laurent-Desiré Kabila era natural da província do Katanga, da região de Manono.

O regime tutsi actual padece igualmente da mesma visão absolutista e hegemónica, e utiliza o mesmo tipo de discurso étnico, agora pró-Tutsi, para justificar e manter o seu controle do Estado. É bem verdade que, em certa medida, o discurso actual até soa legítimo, pois ele parece “representar a voz das vítimas de um horroroso genocídio”. Mas nem as verdadeiras vítimas, isto é, os poucos sobreviventes batutsi do genocídio, acabaram favorecidas nesta nova situação, nem a atitude do regime, dominado por Batutsi refugiados no estrangeiro, para com a população hutu se mostra diferente da que tinham os antigos dirigentes bahutu. A ruptura étnica atinge hoje verticalmente a totalidade da sociedade ruandesa, mas ela beneficia apenas aqueles que detêm o poder de Estado.

Parece ser essa mesma necessidade de manter a todo o custo o controle do Estado, que tem impedido o novo poder político pró-Tutsi a utilizar todas as armas para aniquilar o *inimigo* hutu. A estratégia ruandesa de atacar aos campos de refugiados fez parte de uma estratégia mais global de controle da resistência hutu e de manutenção do controle do Estado ruandês. Essa estratégia acabaria indirectamente por provocar não só o desaparecimento dos campos mas do regime de Mobuto Sesse Seko. E este tempo e modo despoletaram consequências específicas e indeterminadas, não só para a RDC, mas para toda a região.

Referências

- Guichaoua, A. (Dir.) (1995). *Les crises politiques au Burundi et au Rwanda (1993-1994)*. Lille: Université des Sciences et Technologies.
- Heusch, L. de (1982). *Rois nés d'un coeur de vache*. Paris: Gallimard.
- Lugan, B. (1997). *Histoire du Rwanda. De la préhistoire à nos jours*. Paris: Bartillat.
- Nahimana, F. (1993). *Le Rwanda. Emergence d'un Etat*. Paris: L' Harmattan.